

**GÊNERO:
UMA CATEGORIA ÚTIL
PARA A ANÁLISE HISTÓRICA**

JOAN SCOTT

**TRADUÇÃO: CHRISTINE RUFINO DABAT
MARIA BETÂNIA ÁVILA**

2ª Edição



Recife, Fevereiro de 1995

Joan Wallach Scott - professora de Ciências Sociais no Instituto para Estudos Avançados de Princeton. (Co-
editora, juntamente com Louise A. Tilley, do livro "Women, Work and Family" (1978)
e, mais recentemente, de "Gender and the Politics of History"(1988). (informações
retiradas de *American Feminist Thought at Century's End: a Reader*, editado por Linda
Kaufman, Blackwell, Cambridge 1993.

Titulo original: "*Gender: A Useful Category of Historical Analysis*".

Publicado *in*: *Gender and the Politics of History*. New York. Columbia University Press. 1989.

Tradução devidamente autorizada pela autora.

Revisão: Ana Paula Portella
Angela Freitas
Márcia Larangeira
Sonia Corrêa
Taciana Gouveia

Digitação: Angela Araújo
Lucelena Oliveira

Editoração: Solange Rocha

Composição: Romag Computação Gráfica

Edição: SOS CORPO - Gênero e Cidadania
Rua Major Codeceira, 37
Sto Amaro - 50.100-070
Recife - PE - Brasil
Tel.: (081) 221-3018
Fax: (081) 221-3947

Apoio: Fundação MacArthur

Tiragem: 100 exemplares

GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA A ANÁLISE HISTÓRICA

JOAN SCOTT

Gênero, *Gram.* Categoria que indica por meio de desinências uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas. Há gêneros masculino, feminino e neutro.

Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Aurélio B. de Holanda Ferreira).

Aqueles que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as idéias e as coisas que elas significam, têm uma história. Nem os professores de Oxford, nem a Academia Francesa foram inteiramente capazes de controlar a maré, de captar e fixar os sentidos livres do jogo da invenção e da imaginação humana. Mary Wortley Montagu acrescentava a ironia à sua denúncia do "belo sexo" ("meu único consolo em pertencer a este gênero é ter certeza de que nunca vou me casar com uma delas") fazendo uso, deliberadamente errado, da referência gramatical.¹ Ao longo dos séculos, as pessoas utilizaram de forma figurada os termos gramaticais para evocar traços de caráter ou traços sexuais. Por exemplo, a utilização proposta pelo Dicionário da Língua Francesa de 1876 era: "Não se sabe qual é o seu gênero, se é macho ou fêmea; fala-se de um homem muito retraído, cujos sentimentos são desconhecidos".² E Gladstone fazia esta distinção em 1878: "Atena não tinha nada do sexo a não ser o gênero, nada de mulher a não ser a forma."³ Mais recentemente - recentemente demais para encontrar seu caminho nos dicionários ou na enciclopédia das ciências sociais - as feministas começaram a utilizar a palavra "gênero" mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos. A conexão com a gramática é ao mesmo tempo explícita e cheia de possibilidades inexploradas. Explícita, porque o uso gramatical implica em regras formais que decorrem da designação do masculino ou feminino; cheia de possibilidades inexploradas, porque em vários idiomas indo-europeus existe uma terceira categoria - o sexo indefinido ou neutro. Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que permite distinções ou agrupamentos separados.

No seu uso mais recente, o "gênero" parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O "gênero" sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo "gênero" para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado. Assim, Nathalie Davis dizia em 1975: "Eu acho que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, da mesma forma que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses. Nosso objetivo é entender a importância dos sexos, dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la."⁴

Ademais, e talvez o mais importante, o "gênero" era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina. As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas,

como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. "Aprendemos", escreviam três historiadoras feministas, "que inscrever as mulheres na história implica necessariamente na redefinição e no alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva, quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que, por mais hesitantes que sejam os passos iniciais, esta metodologia implica não apenas em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história."⁵ A maneira como esta nova história iria simultaneamente incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria da maneira como o gênero poderia ser desenvolvido enquanto categoria de análise. Aqui as analogias com a classe e a raça eram explícitas; com efeito as(os) pesquisadoras(es) de estudos sobre a mulher que tinham uma visão política mais global, recorriam regularmente a essas três categorias para escrever uma nova história.⁶ O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava inicialmente o compromisso do(a) pesquisador(a) com uma história que incluía a fala dos(as) oprimidos(as) e com uma análise do sentido e da natureza de sua opressão; assinalava também que esses(as) pesquisadores(as) levavam cientificamente em consideração o fato de que as desigualdades de poder estão organizadas segundo, no mínimo, estes três eixos.

A ladainha "classe, raça e gênero" sugere uma paridade entre os três termos que, na realidade, não existe. Enquanto a categoria de "classe" está baseada na complexa teoria de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) sobre a determinação econômica e a mudança histórica, as categorias de "raça" e "gênero" não veiculam tais associações. Não há unanimidade entre os(as) que utilizam os conceitos de classe. Alguns(mas) pesquisadores(as) utilizam a noção de Weber, outros(as) utilizam a classe como uma fórmula heurística temporária. Além disso, quando mencionamos a "classe", trabalhamos com ou contra uma série de definições que, no caso do marxismo, impliquem uma idéia de causalidade econômica e numa visão do caminho pelo qual a história avançou dialeticamente. Não existe este tipo de clareza ou coerência nem para a categoria de "raça" nem para a de "gênero". No caso de "gênero", o seu uso comporta um elenco tanto de posições teóricas, quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos.

Entretanto, os(as) historiadores(as) feministas - que como a maioria dos(as) historiadores(as) são formados(as) para ficar mais à vontade com descrição do que com teoria - tentaram cada vez mais buscar formulações teóricas utilizáveis. Eles(as) fizeram isso pelo menos por duas razões. Primeiro, porque a proliferação de estudos de caso na história das mulheres parece exigir uma perspectiva sintética que possa explicar as continuidades e descontinuidades e dar conta das desigualdades persistentes, mas também das experiências sociais radicalmente diferentes. Depois, porque a defasagem entre a alta qualidade dos trabalhos recentes em história das mulheres e o seu estatuto, que permanece marginal em relação ao conjunto da disciplina (que pode ser medida pelos manuais, programas universitários e monografias), mostra os limites das abordagens descritivas que não questionam os conceitos dominantes no seio da disciplina ou, pelo menos, não os questionam de forma a abalar o seu poder e, talvez, transformá-los. Não foi suficiente para os(as) historiadores(as) das mulheres provar ou que as mulheres tiveram uma história ou que as mulheres participaram das mudanças políticas principais da civilização ocidental. No que diz respeito à história das mulheres, a reação da maioria dos(a) historiadores(as) não feministas foi reconhecê-la, colocá-la em um domínio separado ou descartá-la ("as mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente" ou "a história das mulheres trata do sexo e da família e deveria ser feita separadamente da história política e econômica"). No que diz respeito à participação das mulheres na história, a reação foi, no melhor dos casos, de um interesse mínimo ("Minha compreensão da Revolução Francesa não mudou quando eu descobri que as mulheres participaram dela"). O desafio lançado por este tipo de reações é, em última instância, um desafio teórico. Ele exige a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado mas, também, a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais. Como é que o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como é que o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise.

Na sua maioria, as tentativas das(os) historiadoras(es) de teorizar sobre gênero não fogem dos quadros tradicionais das ciências sociais: elas(es) utilizam as formulações antigas que propõem explicações causais universais. Estas teorias tiveram, no melhor dos casos, um caráter limitado por tenderem a incluir generalizações redutoras ou simples demais, que minam não só o sentido da complexidade da causalidade social na forma proposta pela história como disciplina, mas também o engajamento feminista na elaboração de análises que levam à mudança. Um exame crítico destas teorias mostrará os seus limites e permitirá propor uma abordagem alternativa.⁷

As abordagens utilizadas pela maioria dos(as) historiadores(as) se dividem em duas categorias distintas. A primeira é essencialmente descritiva, refere-se à existência de fenômenos ou realidades sem interpretá-los, explicá-los ou atribuir-lhes uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal: ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e porque assumem a forma que têm.

No seu uso recente mais simples, "gênero" é sinônimo de "mulheres". Durante os últimos anos, livros e artigos que tinham como tema a história das mulheres, substituíram em seus títulos o termo "mulheres" pelo termo "gênero". Em alguns casos, este uso, ainda que se referindo vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo "gênero" visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho, pois "gênero" tem uma conotação mais objetiva e neutra do que "mulheres". O gênero parece integrar-se à terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política (pretensamente escandalosa) do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo "história das mulheres" revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o "gênero" inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do "gênero" é um aspecto que poderia ser chamado de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos '80.

Mas isso é apenas um aspecto. "Gênero" como substituto de "mulheres" é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na idéia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a utilidade interpretativa da idéia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as "construções sociais": a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.⁸ Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Apesar do fato dos(as) pesquisadores(as) reconhecerem as conexões entre o sexo e o que os sociólogos da família chamaram de "papéis sexuais", aqueles(as) não colocam entre os dois uma relação simples ou direta. O uso do "gênero" coloca a ênfase sobre todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.

Esses usos descritivos do gênero foram utilizados pelos(as) historiadores(as), na maioria dos casos, para mapear um novo terreno. Na medida em que os(as) historiadores(as) sociais se voltavam para novos temas de estudos, o gênero dizia respeito apenas a temas como as mulheres, as crianças, as famílias e as ideologias de gênero. Em outros termos, esse uso do gênero só se refere aos domínios - tanto estruturais quanto ideológicos - que implicam em relações entre os sexos. Porque, na aparência, a guerra, a diplomacia e a alta política não têm explicitamente a ver com essas relações. O gênero parece não se aplicar a esses objetivos e, portanto, continua irrelevante para a reflexão dos(as) historiadores(as) que trabalham sobre o político e o poder. Isso resulta na adesão a uma certa visão funcionalista baseada, em última análise, sobre a biologia, bem como na perpetuação da idéia das esferas separadas (a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens) na escritura da história. Mesmo se nesse uso o termo "gênero" afirma que as relações entre os sexos são sociais, ele não diz nada sobre as razões pelas quais essas relações são construídas desta forma, como funcionam ou como mudam. No seu uso descritivo, o "gênero" é, portanto, um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres. O "gênero" é um novo tema, novo campo de pesquisas históricas, mas ele não tem a força de análise suficiente para interrogar (e mudar) os paradigmas históricos existentes.

Alguns(mas) historiadores(as) estavam, naturalmente, conscientes desse problema; daí os esforços para empregar teorias que possam explicar o conceito de gênero e dar conta da mudança histórica. De fato, o desafio é a reconciliação da teoria - que era concebida em termos gerais ou universais - com a história - que estava tratando do estudo de contextos específicos e da mudança fundamental. O resultado foi muito eclético: empréstimos parciais que enviesam a força de análise de uma teoria particular ou, pior, que empregam os seus preceitos sem ter consciência das suas implicações; ou então descrições da mudança que, por se basearem em teorias universais, só conseguem ilustrar temas imutáveis; ou ainda, estudos maravilhosos e cheios de imaginação nos quais a teoria é, entretanto, tão escondida que esses estudos não podem ser utilizados como modelos para outras pesquisas. Como frequentemente as teorias que inspiraram os(as) historiadores(as) não eram claramente desvendadas em todas as suas implicações, parece digno de interesse empregar algum tempo nesse exame. É unicamente através de tal exercício que se pode avaliar a utilidade dessas teorias e começar a articular uma abordagem teórica mais poderosa.

Os(as) historiadores(as) feministas utilizaram toda uma série de abordagens na análise do gênero, mas estas podem ser resumidas em três posições teóricas.⁹ A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

As teóricas do patriarcado concentraram sua atenção na subordinação das mulheres e encontraram a explicação para este fato na "necessidade" do macho dominar as mulheres. Na sua engenhosa adaptação de Hegel, Mary O'Brien, define a dominação masculina como um efeito do desejo dos homens de transcender a sua alienação dos meios de reprodução da espécie. O princípio da continuidade de geração restitui a primazia da paternidade e obscurece o labor real e a realidade social do trabalho das mulheres no parto. A fonte da libertação das mulheres se encontra "numa compreensão adequada do processo de reprodução", numa apreciação da contradição entre a natureza do trabalho reprodutivo das mulheres e as mistificações ideológicas (masculinas) deste.¹⁰ Para Sulamith Firestone, a reprodução era também aquela "amarga armadilha" para as mulheres. Entretanto, na sua análise mais materialista, a libertação das mulheres viria das transformações na tecnologia de reprodução, que poderia no futuro próximo eliminar a necessidade do corpo das mulheres como agente da reprodução da espécie.¹¹

Se a reprodução era a chave do patriarcado para algumas, para outras a resposta encontrava-se na sexualidade em si. As formulações audaciosas de Catherine Mackinnon são criações próprias mas, ao mesmo

tempo, são características de uma certa abordagem. “A sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo: o que nos pertence mais e, no entanto, nos é mais alienado”. A reificação sexual é o processo primário da sujeição das mulheres. Ela alia o ato à palavra, a construção à expressão, a percepção à efetivação e o mito à realidade. “O homem come a mulher: sujeito, verbo, objeto.”¹² Continuando a sua analogia com Marx, Mackinnon propôs como método de análise feminista, no lugar do materialismo dialético, os grupos de consciência. Expressando a experiência compartilhada de reificação, dizia ela, as mulheres compreendem sua identidade comum e são levadas para a ação política. Na análise de Mackinnon, apesar do fato de que as relações sexuais sejam definidas como sociais, não tem nada - fora a inerente desigualdade da relação sexual em si - que possa explicar por que o sistema de poder funciona assim. A fonte das relações desiguais entre os sexos é, afinal de contas, as relações desiguais entre os sexos. Apesar de afirmar que a desigualdade - que tem as suas origens na sexualidade - está integrada em “todo um sistema de relações sociais”, ela não explica como esse sistema funciona.¹³

As teóricas do patriarcado questionam a desigualdade entre homens e mulheres de várias maneiras importantes, mas para os(as) historiadores(as) as suas teorias colocam alguns problemas. Primeiro, enquanto aquelas propõem uma análise interna ao sistema de gênero, afirmam igualmente a primazia desse sistema em relação à organização social no seu conjunto. Mas as teorias do patriarcado não explicam o que é que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades. Segundo, que a dominação venha na forma de apropriação masculina do labor reprodutivo da mulher, ou que ela venha pela reificação sexual das mulheres pelos homens, a análise baseia-se na diferença física. Toda diferença física tem um caráter universal e imutável mesmo quando as teóricas do patriarcado levam em consideração a existência de mudanças nas formas e nos sistemas de desigualdade de gênero.¹⁴ Uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os(as) historiadores(as): ela pressupõe um sentido coerente ou inerente ao corpo humano - fora qualquer construção sócio-cultural - e portanto, a não historicidade do gênero em si. De um certo ponto de vista, a história se torna um epifenômeno que oferece variações intermináveis sobre o tema imutável de uma desigualdade de gênero fixa.

As feministas marxistas têm uma abordagem mais histórica, já que são guiadas por uma teoria da história. Mas quaisquer que sejam as variações e as adaptações, o fato de que elas se impõem a exigência de encontrar uma explicação “material” para o gênero, limitou ou, pelo menos, atrasou o desenvolvimento de novas direções de análise. Tanto nas análises que propõem uma solução baseada nos chamados sistemas duais (compostos de dois domínios: o patriarcado e o capitalismo, separados mas em interação), como naquelas que se apoiam mais firmemente nos debates marxistas ortodoxos sobre modos de produção, a explicação das origens e das transformações de sistemas de gêneros é encontrada fora da divisão sexual do trabalho. Afinal de contas, famílias, lares e sexualidade são produtos de modos de produção que mudam. É assim que Engels concluía as suas explorações na *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*;¹⁵ é sobre isso que se baseia a análise da economista Heidi Hartmann. Ela insiste sobre a necessidade de considerar o patriarcado e o capitalismo como dois sistemas separados, mas em interação. Porém, na medida em que desenvolve a sua argumentação, a causalidade econômica se torna prioritária e o patriarcado está sempre se desenvolvendo e mudando como uma função das relações de produção.¹⁶

Os primeiros debates entre as feministas marxistas giravam em torno dos mesmos problemas: a rejeição do essencialismo daqueles que defendem que “as exigências da reprodução biológica” determinam a divisão sexual do trabalho pelo capitalismo; o caráter fútil da integração dos “modos de reprodução” nos debates sobre os modos de produção (a reprodução permanece uma categoria de oposição e não assume um estatuto equivalente ao de modo de produção); o reconhecimento de que os sistemas econômicos não determinam diretamente as relações de gênero e que, de fato, a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo e continua sob o socialismo; a busca, apesar de tudo, de uma explicação materialista que exclua as diferenças

físicas e naturais.¹⁷ Uma tentativa importante de sair desse círculo veio de Joan Kelly no seu ensaio "A Dupla Visão da Teoria Feminista", onde ela defendia que os sistemas econômicos e os sistemas de gênero interagem para produzir experiências sociais e históricas; que nenhum dos dois sistemas era casual, mas que ambos "operavam simultaneamente para reproduzir as estruturas sócio-econômicas e de dominação masculina de uma ordem social particular". A idéia de Kelly de que os sistemas de "gênero" teriam uma existência independente se constitui numa abertura conceitual decisiva, mas sua vontade de permanecer no quadro marxista levou-a a dar ênfase ao papel causal dos fatores econômicos, inclusive no que diz respeito à determinação do sistema de gênero. "A relação entre os sexos opera de acordo com e através das estruturas sócio-econômicas, bem como das estruturas de sexo/gênero."¹⁸ Kelly introduziu a idéia de uma "realidade social baseada no sexo", mas ela tinha tendência a enfatizar a natureza social dessa realidade mais do que a sexual e, muitas vezes, o uso que ela fazia do "social" era concebido em termos de relações econômicas de produção.

A exploração da sexualidade, que foi mais longe entre as feministas marxistas americanas, encontra-se no "Powers of Desire", um volume de ensaios publicados em 1983.¹⁹ Influenciadas, por um lado, pela atenção crescente dada à sexualidade pelos militantes e pesquisadores, por outro, pela insistência do filósofo francês Michel Foucault de que a sexualidade é produzida em contextos históricos; e por fim, pela convicção de que a "revolução sexual" contemporânea exige uma análise séria, as autoras centraram suas interrogações sobre a "política sexual". Desta maneira, elas colocaram a questão da causalidade e propuseram uma série de soluções. De fato, o mais sugestivo nesse volume é a falta de unanimidade analítica, privilegiando a tensão na análise. Se certas autoras tendem individualmente a sublinhar a causalidade dos contextos sociais (muitas vezes entendidos como econômicos), no entanto, elas sugerem a necessidade de estudar "a estruturação psíquica da identidade de gênero". Se às vezes está dito que a "ideologia de gênero" "reflete" as estruturas econômicas e sociais, também há o reconhecimento crucial da necessidade de se compreender a complexa "ligação entre a sociedade e uma estrutura psíquica persistente."²⁰ De um lado, as responsáveis pela antologia adotam o argumento de Jessica Benjamin, segundo o qual a política deveria incluir em sua análise a atenção "sobre componentes eróticos e fantasmáticos da vida humana" mas, por outra parte, nenhum ensaio, além do de Benjamin, aborda plenamente ou seriamente as questões teóricas que ela coloca.²¹ Em vez disso, há sobretudo um pressuposto tácito que percorre o volume, segundo o qual o marxismo poderia ser alargado para incluir as discussões sobre a ideologia, a cultura e a psicologia e que esse alargamento será efetuado através de pesquisas sobre dados concretos, como aquelas que são feitas na maioria dos artigos. A vantagem de uma tal abordagem é que ela evita divergências agudas, e a sua desvantagem é que ela deixa intacta uma teoria já inteiramente articulada que leva de volta às relações entre os sexos para as relações de produção.

Uma comparação entre as tentativas das feministas marxistas americanas - exploratórias e relativamente abrangentes - e as das suas homólogas inglesas, mais estreitamente ligadas à política de uma forte e viável tradição marxista, revela que as inglesas têm tido mais dificuldades em desafiar os limites de explicações estritamente deterministas. Essa dificuldade se expressa de forma mais espetacular nos recentes debates que foram publicados na *New Left Review* entre Michèle Barrett e seus(suas) críticos(as), que a acusavam de abandonar uma análise materialista da divisão sexual do trabalho no capitalismo.²² Ela se expressa também pelo fato de que os(as) pesquisadores(as) que tinham iniciado uma tentativa feminista de reconciliação entre a psicanálise e o marxismo e que tinham insistido na possibilidade de uma certa fusão entre os dois, escolham hoje uma ou outra dessas posições teóricas.²³ A dificuldade para as feministas inglesas e americanas que trabalham nos quadros do marxismo é aparente nas obras que eu mencionei aqui. O problema com o qual elas se defrontam é o inverso daquele que a teoria do patriarcado coloca. Pois no interior do marxismo, o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como sub-produto de estruturas econômicas mutantes; o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise.

Um exame da teoria psicanalítica exige uma distinção entre as escolas, já que se teve a tendência a classificar as diferenças da abordagem segundo as origens nacionais dos seus fundadores ou da maioria

daqueles ou daquelas que os aplicam. A escola anglo-americana trabalha dentro dos termos das teorias das relações objetais. Nos Estados Unidos, o nome de Nancy Chodorow é o mais associado a essa abordagem. Além disso, o trabalho de Carol Gilligan tem tido um impacto muito grande sobre a produção científica americana, inclusive na área da história. O trabalho de Gilligan inspira-se no trabalho de Chodorow, mesmo se ele enfoca menos a construção do sujeito do que o desenvolvimento moral e o comportamento. Ao contrário da anglo-americana, a escola francesa baseia-se nas leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud, nos termos das teorias da linguagem (para as feministas a figura central é Jacques Lacan).

As duas escolas interessam-se pelos processos através dos quais foi criada a identidade do sujeito, ambas centram o seu interesse nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança com o objetivo de encontrar indicações sobre a formação da identidade de gênero. As teóricas das relações objetais colocam a ênfase sobre a influência da experiência concreta (a criança vê, ouve, tem relações com as pessoas que cuidam dela e, em particular, naturalmente, com os seus pais), ao passo que os pós-estruturalistas sublinham o papel central da linguagem na comunicação, interpretação e representação de gênero (para os pós-estruturalistas linguagem não designa unicamente as palavras, mas os sistemas de significação, as ordens simbólicas que antecedem o domínio da palavra propriamente dita, da leitura e da escrita). Uma outra diferença entre essas duas escolas de pensamento diz respeito ao inconsciente que, para Chodorow, é, em última instância, suscetível de compreensão consciente enquanto que para Lacan ele não o é. Para as lacanianas, o inconsciente é um fator decisivo na construção do sujeito. Ademais, é o lugar de emergência da divisão sexual e, por essa razão, um lugar de instabilidade constante para o sujeito sexuado.

Nos anos recentes as historiadoras feministas têm sido atraídas por essas teorias ou porque elas permitem fundamentar conclusões particulares para observações gerais, ou porque elas parecem oferecer uma formulação teórica importante no que diz respeito ao gênero. Cada vez mais, os(as) historiadores(as) que trabalham com o conceito de "cultura feminina" citam as obras de Chodorow e Gilligan como provas e como explicações das suas interpretações; aquelas que se debatem com a teoria feminista, se voltam em direção a Lacan. Afinal de contas, nenhuma dessas teorias me parece inteiramente utilizável pelos(as) historiadores(as); um olhar mais atento sobre cada uma delas poderia ajudar a explicar o porque.

Minhas reticências frente à teoria das relações objetais provêm do seu literalismo, do fato de que ela faz a produção da identidade de gênero e a gênese da mudança dependerem de estruturas de interrelação relativamente pequenas. Tanto a divisão do trabalho na família quanto a atribuição concreta de tarefas a cada um dos pais têm um papel crucial na teoria de Chodorow. O produto do sistema dominante ocidental é uma divisão nítida entre masculino e feminino: "o sentido feminino do Eu é fundamentalmente ligado ao mundo, o sentido masculino do Eu é fundamentalmente separado do mundo".²⁴ Segundo Chodorow, se os pais fossem mais envolvidos nos deveres parentais e mais presentes nas situações domésticas, os resultados do drama edipiano seriam provavelmente diferentes.²⁵

Essa interpretação limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica e, para o(a) historiador(a), ela não deixa meios de ligar esse conceito (nem o indivíduo) com outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. Sem dúvida, está implícito que as disposições sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães cuidem da maioria das tarefas de criação dos filhos, estruturam a organização da família. Mas a origem dessas disposições sociais não está clara, nem o porque delas serem articuladas em termos da divisão sexual do trabalho. Não se encontra também nenhuma interrogação sobre o problema da desigualdade em oposição àquele da simetria. Como podemos explicar, no seio dessa teoria, as associações persistentes da masculinidade com o poder e o fato de que os valores mais altos estão mais investidos na qualidade de masculino do que na qualidade de feminino? Como podemos explicar o fato de que as crianças aprendem essas associações e avaliações mesmo quando elas vivem fora de lares nucleares ou dentro de lares.

onde o marido e a mulher dividem as tarefas parentais? Eu acho que não podemos fazer isso sem dar uma certa atenção aos sistemas de significação, isto é, às maneiras como as sociedades representam o gênero, utilizam-no para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido não há experiência; sem processo de significação não há sentido.

A linguagem é o centro da teoria lacaniana; é a chave de acesso da criança à ordem simbólica. Através da linguagem a identidade de gênero é construída. Segundo Lacan, o falo é o significante central da diferença sexual, mas o sentido do falo tem que ser lido de forma metafórica. O drama edipiano faz com que a criança conheça os termos da interação cultural, já que a ameaça de castração representa o poder, as regras da Lei (do Pai). A relação da criança com a Lei depende da diferença sexual, da sua identificação imaginária (ou fantasmática) com a masculinidade ou feminilidade. Em outros termos, a imposição das regras da interação social é inerente e especificamente de gênero, já que a relação feminina com o falo é obrigatoriamente diferente da relação masculina. Mas a identificação de gênero, mesmo quando ela aparece como sendo coerente e fixa, é, de fato, extremamente instável. Da mesma forma que os sistemas de significação, as identidades subjetivas são processos de diferenciação e de distinção, que exigem a supressão das ambiguidades e dos elementos opostos a fim de assegurar (de criar a ilusão de) uma coerência e uma compreensão comuns. O princípio de masculinidade baseia-se na repressão necessária dos aspectos femininos - do potencial bissexual do sujeito - e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino. Desejos reprimidos estão presentes no inconsciente e constituem uma ameaça permanente para a estabilidade da identificação de gênero, negando sua unidade e subvertendo sua necessidade de segurança. Ademais, as idéias conscientes do masculino e do feminino não são fixas, já que elas variam segundo os usos do contexto. Portanto, existe sempre um conflito entre a necessidade que o sujeito tem de uma aparência de totalidade e a imprecisão da terminologia, a relatividade do seu significado e sua dependência em relação à repressão.²⁶ Esse tipo de interpretação torna problemáticas as categorias "homem" e "mulher", sugerindo que o masculino e o feminino não são características inerentes, mas construções subjetivas (ou fictícias). Essa interpretação implica também que o sujeito se encontra num processo constante de construção e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente, referindo-se à linguagem como um lugar adequado para a análise. Enquanto tal, considero-a instrutiva.

No entanto me incomoda a fixação exclusiva sobre as questões relativas ao sujeito individual e a tendência a reificar como a dimensão principal do gênero, o antagonismo subjetivamente produzido entre homens e mulheres. Ademais, mesmo ficando em aberto a maneira como "o sujeito" é construído, a teoria tende a universalizar as categorias e a relação entre homem e mulher. A consequência para os(as) historiadores(as) é uma leitura redutora dos dados do passado. Mesmo se esta teoria leva em consideração as relações sociais, articulando a castração com a proibição e a lei, ela não permite a introdução de uma noção de especificidade e de variabilidade históricas. O falo é o único significante; o processo de construção do sujeito de gênero é, em última instância, previsível, já que é sempre o mesmo. Se nós pensarmos a construção da subjetividade em contextos históricos e sociais como sugere a teórica de cinema Teresa de Lauretis, não há meio de precisar estes contextos nos termos propostos por Lacan. De fato, mesmo na tentativa de Lauretis, a realidade social (isto é "as relações materiais, econômicas e interpessoais que são de fato sociais, e numa perspectiva mais ampla, históricas") parece situar-se à revelia do sujeito.²⁷ Falta uma maneira de conceber a "realidade social" em termos de gênero.

O problema do antagonismo sexual nessa teoria tem dois aspectos: primeiro, ele projeta uma certa dimensão atemporal, mesmo quando ela é historicizada como em Sally Alexander. Sua leitura de Lacan a conduziu à conclusão de que o "antagonismo entre os sexos é um aspecto inevitável da aquisição da identidade sexual(...). Se o antagonismo é sempre latente, é possível que a história não possa oferecer uma solução, mas unicamente a reformulação e reorganização permanente da simbolização da diferença e da divisão sexual do trabalho".²⁸ Talvez seja o meu gosto incurável pela utopia que me deixa pensativa frente a esta formulação, ou

então o fato de que eu ainda não consegui me desfazer da “epistème” daquilo que Foucault chamava de Idade Clássica. Seja o que for, a formulação de Alexander contribui para a fixação da oposição binária homem-mulher como a única relação possível e como um aspecto permanente da condição humana. Essa perpetua, mais do que coloca em questão, o que Denise Riley chama de “aparência assustadora de constância da polaridade sexual”. Riley escreve: “a natureza historicamente construída da oposição (entre o masculino e o feminino) produz, como um dos seus efeitos, justamente, a aparência de uma oposição invariável e monótona entre homens e mulheres”.²⁹

É exatamente essa oposição, com todo o seu tédio e sua monotonia que (para voltar às anglo-saxônicas) é colocada em evidência pelo trabalho de Carol Gilligan. Gilligan explica os diferentes modos de desenvolvimento moral dos meninos e das meninas, em termos de diferenças de “experiências” (de realidade vivida). Não é surpreendente que os(as) historiadores(as) das mulheres tenham retomado suas idéias e as tenham utilizado para explicar as “vozes diferentes” que seu trabalho lhes havia permitido ouvir. Os problemas com esses empréstimos são diversos e logicamente conectados.³⁰ O primeiro problema que esse tipo de empréstimo coloca é um deslizamento que acontece frequentemente na atribuição da causalidade: a argumentação começa com a afirmação do tipo “a experiência das mulheres as leva a fazer escolhas morais que dependem dos contextos e das relações”, para chegar a: “as mulheres pensam e escolhem esse caminho porque elas são mulheres”. Encontramos implicadas nessa linha de raciocínio a noção a-histórica, se não essencialista, de mulher. Gilligan e outros extrapolaram sua própria descrição, baseada numa pequena amostra de alunos americanos do fim do século XX, para uma afirmação que se refere a todas as mulheres. Essa extrapolação é evidente - particularmente mas não exclusivamente - nas discussões sobre a “cultura feminina”, levadas por certos(as) historiadores(as) que, coletando seus dados desde as santas até as militantes sindicalistas modernas, utilizam-nos como prova da hipótese de Gilligan, que afirma que a preferência feminina pelo relacional é universal.³¹ Esse uso das idéias de Gilligan se coloca em oposição flagrante com as concepções mais complexas e históricas da “cultura feminina”, que podemos encontrar no Simpósio de Estudos Feministas de 1980.³² Com efeito, uma comparação dessa série de artigos com as teorias de Gilligan mostra o quanto a sua noção é a-histórica, definindo mulher/homem como uma oposição binária que se auto-reproduz, estabelecida sempre da mesma forma. Insistindo sempre sobre as diferenças fixadas (no caso de Gilligan, ao simplificar os dados, com resultados mais heterogêneos sobre o sexo e o raciocínio moral, para sublinhar a diferença sexual), as feministas reforçam o tipo de pensamento que elas querem combater. Apesar de insistirem na reavaliação da categoria “mulher” (Gilligan sugere que as escolhas morais das mulheres poderiam ser mais humanas do que as dos homens), elas não tratam da oposição binária em si mesma.

Precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autênticas dos termos da diferença sexual. Temos que ficar mais atentas às distinções entre nosso vocabulário de análise e o material que queremos analisar. Temos que encontrar os meios (mesmo imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à auto-crítica. Se utilizarmos a definição de desconstrução de Jacques Derrida, esta crítica significa analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando a sua construção hierárquica em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas.³³ Em um certo sentido, as feministas, sem dúvida, só fizeram isto durante anos. A história do pensamento feminista é uma história da recusa da construção hierárquica da relação entre homem e mulher nos seus contextos específicos e uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos. Os(as) historiadores(as) feministas estão atualmente em condições de teorizar as suas práticas e de desenvolver o gênero como uma categoria de análise.

II

As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só apareceram no final do século XX. Elas estão ausentes da maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas dessas teorias construíram a sua lógica sobre analogias com a oposição homem/mulher, outras reconheceram uma "questão feminina", outras ainda preocuparam-se com a formação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como o meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos, não tinha aparecido. Esta falta poderia explicar, em parte, a dificuldade que as feministas contemporâneas têm tido de integrar o termo gênero em conjuntos teóricos pré-existentes e em convencer os adeptos de uma ou de outra escola teórica que o gênero pertence ao seu vocabulário. O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens. A meu ver, é significativo que o uso da palavra gênero tenha emergido num momento de grande efervescência epistemológica que, em certos casos, toma a forma de uma evolução dos paradigmas científicos em direção a paradigmas literários entre os pesquisadores em ciências sociais (da ênfase colocada sobre a causa em direção à ênfase colocada sobre o sentido, misturando diferentes tipos de pesquisa segundo a formulação do antropólogo Clifford Geertz).³⁴ Em outros casos, essa evolução toma a forma de debate teórico entre aqueles que afirmam a transparência dos fatos e os que insistem sobre a idéia de que qualquer realidade é interpretada ou construída; entre aqueles que defendem e aqueles que colocam em questão a idéia de que o "homem" é o senhor racional do seu próprio destino. No espaço aberto por esse debate, do lado da crítica da ciência desenvolvida pelas ciências humanas e da crítica do empiricismo e do humanismo que desenvolvem os pós-estruturalistas, as feministas não só começam a encontrar uma via teórica própria, como elas também encontraram aliados científicos e políticos. É nesse espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria de análise.

O que poderiam fazer os(as) historiadores(as) que, no final das contas, viram a sua disciplina rejeitada por certos teóricos recentes como uma relíquia do pensamento humanista? Eu não acho que temos que deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas eu acho, em contrapartida, que temos que mudar alguns dos nossos hábitos de trabalho e algumas das questões que colocamos. Temos que examinar atentamente os nossos métodos de análise, clarificar as nossas hipóteses operativas e explicar como pensamos que a mudança ocorre. Em lugar de procurar as origens únicas, temos que conceber processos tão ligados entre si que não poderiam ser separados. Naturalmente identificamos problemas a estudar e esses constituem começos ou pontos de acesso sobre processos complexos, mas são os processos que temos que ter sempre presentes em mente. Temos que nos perguntar mais frequentemente como as coisas aconteceram para descobrir por que elas aconteceram. Segundo a formulação de Michelle Rosaldo, temos que perseguir não uma causalidade geral e universal, mas uma explicação significativa: "Me parece agora que o lugar das mulheres na vida social-humana não é diretamente o produto do que ela faz, mas do sentido que as suas atividades adquirem através da interação social concreta."³⁵ Para fazer surgir o sentido temos que tratar do sujeito individual tanto quanto da organização social e articular a natureza das suas interrelações, pois ambos têm uma importância crucial para compreender como funciona o gênero e como ocorre a mudança. Enfim, precisamos substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado, por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais discursivamente constituídas em "campos de forças."³⁶ No seio desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de realização humana como um esforço (pelo menos parcialmente racional) de construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade dentro de certos limites e com a linguagem - conceitual - que ao mesmo tempo coloque os limites e contenha a possibilidade de negação, de resistência e de reinterpretção, o jogo de invenção metafórica e de imaginação.

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiro, símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) - Eva e Maria, como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição ocidental cristã - mas também mitos de luz e escuridão, de purificação e poluição, de inocência e corrupção. Para os(as) historiadores(as), as questões interessantes são: quais as representações simbólicas evocadas, quais suas modalidades, em que contextos? Segundo, conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e, tipicamente, tomam a forma de uma oposição binária que afirma, de modo categórico e inequívoco, o sentido de homem e mulher, de masculino e feminino. De fato, essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de outras possibilidades alternativas e, às vezes ocorrem confrontações abertas ao seu respeito (quando e em que circunstâncias, é isto que deveria preocupar os(as) historiadores(as)). A posição que emerge como dominante é, apesar de tudo, declarada a única possível. A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto de um consenso social e não de um conflito. Um exemplo desse tipo de história é fornecido pelo tratamento da ideologia vitoriana da mulher no lar, como se fosse criada num bloco só, como se ela só tivesse sido colocada em questão posteriormente, enquanto que ela foi tema permanente de divergências de opinião. Um outro exemplo vem dos grupos religiosos fundamentalistas de hoje, que querem necessariamente ligar as suas práticas à restauração do papel "tradicional" das mulheres, supostamente mais autêntico, enquanto que na realidade existem poucos antecedentes históricos que testemunhem a realização incontestada de um tal papel. O objetivo da nova pesquisa histórica é destruir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência atemporal na representação binária dos gêneros. Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais. Esse é o terceiro aspecto das relações de gênero.

Alguns(mas) pesquisadores(as), notadamente antropólogos(as), reduziram o uso da categoria de gênero ao sistema de parentesco (fixando o seu olhar sobre o universo doméstico e a família como o fundamento da organização social). Precisamos de uma visão mais ampla que inclua não só o parentesco, mas também (para as sociedades modernas complexas, em particular) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero), a educação (as instituições somente masculinas, não mistas ou mistas fazem parte do mesmo processo), e o sistema político (o sufrágio masculino universal faz parte do processo de construção do gênero). Não faz muito sentido limitar essas instituições a sua utilidade funcional para os sistemas de parentesco, ou sustentar que as relações contemporâneas entre homens e mulheres são produtos de sistemas anteriores de parentesco baseados nas trocas de mulheres.³⁷ O gênero é construído através do parentesco mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia, na organização política e, pelo menos na nossa sociedade, opera hoje de forma amplamente independente do parentesco.

O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva. Concordo com a idéia da antropóloga Gayle Rubin de que a psicanálise fornece uma teoria importante para a reprodução do gênero, uma descrição da "transformação da sexualidade biológica dos indivíduos no decorrer da sua enculturação."³⁸ Mas a pretensão universal da psicanálise me deixa pensativa. Mesmo se a teoria lacaniana pode ser útil para a reflexão sobre a construção de identidade de gênero, os(as) historiadores(as) precisam trabalhar de forma mais histórica. Se

a identidade de gênero é única e universalmente baseada no medo da castração, a pertinência da interrogação histórica é negada. Ademais, os homens e as mulheres reais não preenchem sempre os termos das prescrições da nossa sociedade ou das nossas categorias de análise. Os(as) historiadores(as) devem, preferivelmente, examinar as maneiras como as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, organizações sociais e representações culturais historicamente situadas. Não é surpreendente que as melhores tentativas nessa área tenham sido, até hoje, as biografias: a interpretação de Lou Andreas-Salomé por Biddy Martin, o retrato de Catharine Beecher por Kathryn Skalar, a vida de Jessie Daniel Ames por Jacqueline Hall e a reflexão de Mary Hill sobre Charlotte Perkins Gilman.³⁹ Mas os tratamentos coletivos são igualmente possíveis como mostram Mrinalina Sinha e Lou Ratté nos seus trabalhos respectivos sobre a construção de uma identidade de gênero entre os administradores coloniais britânicos na Índia e entre os indianos educados na cultura britânica que se tornaram dirigentes nacionalistas antiimperialistas.⁴⁰

A primeira parte da minha definição de gênero é portanto composta desses quatro elementos e nenhum deles pode operar sem os outros. No entanto, eles não operam simultaneamente como se um fosse simples reflexo do outro. Com efeito, é uma questão para a pesquisa histórica saber quais são as relações entre esses quatro aspectos. O esboço que propus do processo de construção das relações de gênero, poderia ser utilizado para debater a classe, a raça, a etnicidade ou, por assim dizer, qualquer processo social. Meu objetivo era clarificar e especificar como é preciso pensar o efeito de gênero nas relações sociais e institucionais, porque essa reflexão não é geralmente feita de forma precisa e sistemática. Mas a teorização do gênero é apresentada na minha segunda proposta: o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Seria melhor dizer que o gênero é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder no Ocidente, nas tradições judaica-cristã bem como islâmica. Como tal, essa parte da definição poderia parecer como pertencendo à seção normativa da minha argumentação, mas não é bem assim, porque os conceitos de poder, mesmo que possam construir o gênero, nem sempre dizem respeito literalmente ao gênero em si mesmo. O sociólogo francês Pierre Bourdieu escreveu sobre as maneiras como a "divisão do mundo" fundada sobre referências às "diferenças biológicas, particularmente àquelas que se referem à divisão do trabalho de procriação e de reprodução", opera como "a mais fundamentada das ilusões coletivas". Estabelecido como um conjunto objetivo de referências, o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social.⁴¹ Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero encontra-se doravante implicado na concepção e na construção do poder em si. O antropólogo francês Maurice Godelier formulou isso desta forma: "Não é a sexualidade que produz fantasmas na sociedade, mas sobretudo a sociedade que fantasma na sexualidade, o corpo. As diferenças entre os corpos que são ligadas ao sexo, são constantemente solicitadas para testemunhar relações e fenômenos sociais que não têm nada a ver com a sexualidade. Não só testemunhar, mas testemunhar a favor, isto é, legitimar."⁴²

A função legitimadora do gênero funciona de várias maneiras. Bourdieu, por exemplo, mostrou como em certas culturas a exploração agrícola era organizada segundo conceitos de tempo e de estação que se baseavam em definições específicas da oposição masculino/feminino. Gayatri Spivak fez uma análise rica das utilizações do gênero e do colonialismo em certos textos de escritoras britânicas e americanas,⁴³ e Natalie Davis mostrou como os conceitos de masculino e feminino eram ligados a entendimentos e críticas das regras da ordem social no primeiro período da França Moderna.⁴⁴ A historiadora Caroline Bynum esclareceu de forma nova a espiritualidade medieval pela ênfase que deu às relações entre o conceito do masculino e do feminino e o comportamento religioso. Seu trabalho permite-nos compreender melhor os modos como os conceitos informavam a política das instituições monásticas e dos fiéis individuais.⁴⁵ Os(as) historiadores(as) da arte abrem novas perspectivas quando decifram as implicações sociais nas representações dos homens e das mulheres.⁴⁶ Essas interpretações estão baseadas na idéia de que as linguagens conceituais empregam a

diferenciação para estabelecer o sentido e que a diferença sexual é uma forma principal de significar a diferenciação.⁴⁷ O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os(as) historiadores(as) procuram encorajar as formas pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas avançam no sentido da compreensão da natureza recíproca do gênero e da sociedade, e das maneiras particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.

A política constitui apenas um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para a análise histórica. Eu escolhi por duas razões os seguintes exemplos ligados à política e ao poder no seu sentido mais tradicional, isto é, no que diz respeito ao governo e ao Estado-Nação. Primeiro, porque se trata de um território praticamente inexplorado, já que o gênero foi percebido como uma categoria antitética aos negócios sérios da verdadeira política. Depois, porque a história política - que ainda é o modo dominante da interrogação histórica - foi o bastião da resistência à inclusão de materiais ou de questões sobre as mulheres e o gênero.

O gênero foi utilizado literal ou analogicamente pela teoria política para justificar ou criticar o reinado de monarcas ou para expressar relações entre governantes e governados. Poder-se-ia esperar que tenha existido debate entre os contemporâneos dos reinos de Elizabeth I da Inglaterra ou Catherine de Médicis na França sobre a adequação das mulheres à direção política; mas numa época em que parentesco e realeza eram intrinsecamente ligados, as discussões sobre os reis machos colocavam igualmente em jogo representações da masculinidade e da feminilidade.⁴⁸ As analogias com a relação marital constituem uma estrutura para os argumentos de Jean Bodin, Robert Filmer e John Locke. O ataque de Edmond Burke contra a Revolução Francesa se desenvolve em torno de um contraste entre as harpias feias e matadoras "sans culottes" ("as fúrias do inferno sob a forma desnaturada da mais vil das mulheres") e a "doce feminilidade" de Marie-Antoinette que escapou à multidão para "procurar refúgio aos pés de um rei e de um marido" e cuja beleza tinha antigamente inspirado o orgulho nacional (referindo-se ao papel apropriado ao feminino na ordem política Burke escreveu: "para que se possa amar a nossa pátria, a nossa pátria tem que ser amável").⁴⁹ Mas a analogia não diz respeito sempre ao casamento, nem mesmo à heterossexualidade. Na teoria política da Idade Média islâmica, o símbolo do poder político faz mais frequentemente alusão às relações sexuais entre um homem e um menino, sugerindo não só a existência de formas de sexualidade aceitáveis comparáveis àquelas que Foucault descreve em seu último livro a respeito da Grécia Clássica, mas também à irrelevância das mulheres para qualquer noção de política ou de vida pública.⁵⁰

Para que este último comentário não seja interpretado como a idéia de que a teoria política reflete simplesmente a organização social, parece importante ressaltar que a mudança nas relações de gênero pode acontecer a partir de considerações sobre as necessidades do Estado. Um exemplo importante é fornecido pela argumentação de Louis de Bonald em 1816, sobre as razões pelas quais a legislação da Revolução Francesa sobre o divórcio devia ser revogada: da mesma forma que a democracia política "permite ao povo, parte fraca da sociedade política, rebelar-se contra o poder estabelecido", da mesma forma o divórcio, "verdadeira democracia doméstica", permite à esposa, "parte mais fraca, rebelar-se contra a autoridade do marido.(...) A fim de manter o Estado fora do alcance do povo, é necessário manter a família fora do alcance das esposas e das crianças."⁵¹

Bonald começa com uma analogia para, em seguida, estabelecer uma correspondência direta entre o divórcio e a democracia. Retomando argumentos bem mais antigos a respeito da família bem ordenada como fundamento do Estado bem ordenado, a legislação que estabeleceu essa posição redefiniu os limites da relação marital. Da mesma forma, na nossa época, os ideólogos políticos conservadores gostariam de fazer passar toda uma série de leis sobre a organização e o comportamento da família, que modificariam as práticas atuais. A ligação entre os regimes autoritários e o controle das mulheres tem sido observada, mas não foi estudada com profundidade. Seja num momento crítico para a hegemonia jacobina durante a Revolução Francesa, seja na hora em que Stálin apoderou-se da autoridade de controle, ou na época da implementação da política nazista

na Alemanha, ou ainda do triunfo do Aiatolá Khomeiny no Irã, em todas essas circunstâncias, os dirigentes emergentes, legitimavam a dominação, a força, a autoridade central e o poder soberano identificando-os ao masculino (os inimigos, os "outsiders", os subversivos e a fraqueza eram identificados ao feminino), e traduziam literalmente esse código em leis (proibindo sua participação na vida política, tornando o aborto ilegal, proibindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de vestuário às mulheres) que colocavam as mulheres no seu lugar.⁵² Essas ações e a época de sua realização têm pouco sentido em si mesmas. Na maioria dos casos, o Estado não tinha nada de imediato ou nada de material a ganhar com o controle das mulheres. Essas ações só podem adquirir um sentido se elas são integradas a uma análise da construção e da consolidação do poder. Uma afirmação de controle ou de força tomou a forma de uma política sobre as mulheres. Nesses exemplos, a diferença sexual tem sido concebida em termos de dominação e de controle das mulheres. Eles podem nos dar idéias sobre os diversos tipos de relações de poder que se constroem na história moderna, mas essa relação particular não constitui um tema político universal. Segundo modos diferentes, por exemplo, o regime democrático do século XX tem igualmente construído as suas ideologias políticas a partir de conceitos de gênero que se traduziram em políticas concretas; o Estado de Bem-Estar Social, por exemplo, demonstrou seu paternalismo protetor através de leis dirigidas às mulheres e às crianças.⁵³ Ao longo da história, alguns movimentos socialistas ou anarquistas recusaram completamente as metáforas de dominação, apresentando de forma imaginativa as suas críticas aos regimes e organizações sociais particulares, em termos de transformação da identidade de gênero. Os socialistas utópicos na França e na Inglaterra nos anos de 1830 e 1840 conceberam sonhos de um futuro harmonioso em termos das naturezas complementares dos indivíduos, ilustrados pela união do homem e da mulher, "o indivíduo social."⁵⁴ Os anarquistas europeus eram conhecidos desde muito tempo pela sua recusa das convenções do casamento burguês, mas também pelas suas visões de um mundo no qual as diferenças sexuais não implicariam em hierarquia.

Trata-se de exemplos de ligações explícitas entre o gênero e o poder, mas estas constituem apenas uma parte da minha definição do gênero como um modo primeiro de significar as relações de poder. Frequentemente, a atenção dedicada ao gênero não é explícita mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre homem e mulher. A articulação do conceito de classe no século XIX baseava-se no gênero. Enquanto na França, por exemplo, os reformadores burgueses descreviam os operários em termos codificados como femininos (subordinados, fracos, sexualmente explorados como as prostitutas), os dirigentes operários e socialistas respondiam insistindo na posição masculina da classe operária (produtores fortes, protetores das mulheres e das crianças). Os termos desse discurso não diziam respeito explicitamente ao gênero, mas eram reforçados na medida em que se referenciavam a ele. A codificação de gênero de certos termos estabelecia e "naturalizava" seus significados. Nesse processo, definições normativas do gênero, historicamente específicas (e tomadas como dadas), reproduziram-se e integraram-se à cultura da classe operária francesa.⁵⁵

Os temas da guerra, da diplomacia e da alta política aparecem frequentemente quando os(as) historiadores(as) da história política tradicional colocam em questão a utilidade do gênero para o seu trabalho. Mas, lá também, temos que olhar além dos atores e do valor literal das suas palavras. As relações de poder entre as nações e o estatuto dos súditos coloniais foram tornados compreensíveis (e portanto legítimos) em termos de relações entre homem e mulher. A legitimação da guerra - sacrificar vidas de jovens para proteger o Estado - tomou formas diversificadas, desde o apelo explícito à virilidade (a necessidade de defender as mulheres e as crianças, que de outra forma seriam vulneráveis) até a crença no dever que teriam os filhos de servir aos seus dirigentes ou a seu (pai o) rei, e até associações entre masculinidade e potência nacional.⁵⁶ A alta política, ela mesma, é um conceito de gênero porque estabelece a sua importância decisiva e seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência de sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento. O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição homem/mulher e fundamenta ao mesmo tempo o seu sentido.

Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa, fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, ambos, partes do sentido do próprio poder. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro.

Se as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, como é que as coisas mudam? De um ponto de vista geral responde-se que a mudança pode ter várias origens. Transtornos políticos de massa que coloquem as ordens antigas em caos e engendrem novas, podem revisar os termos (e, portanto, a organização) do gênero na procura de novas formas de legitimação. Mas eles podem não fazê-lo; noções antigas serviram igualmente para validar novos regimes.⁵⁷ Crises demográficas, causadas pela fome, pestes ou guerras, colocaram, às vezes, em questão as visões normativas do casamento heterossexual (como foi o caso em certos meios de certos países no decorrer dos anos 20); mas também, provocaram políticas natalistas que insistiram na importância exclusiva das funções maternas e reprodutivas das mulheres.⁵⁸ Transformações nas estruturas do emprego podem modificar as estratégias de casamento; elas podem oferecer novas possibilidades para a construção da subjetividade, mas elas podem também ser vividas como novo espaço de atividade para filhas e esposas obedientes.⁵⁹ A emergência de novos tipos de símbolos culturais pode tornar possível a reinterpretação ou mesmo a reescritura da história edípica, mas ela pode servir para atualizar este drama terrível em termos ainda mais eloquentes. São os processos políticos que vão determinar o resultado de quem vencerá - políticos no sentido de que vários atores e várias significações enfrentam-se para conseguir o controle. A natureza desse processo, dos atores e das ações, só pode ser determinada especificamente se situada no espaço e no tempo. Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que "homem" e "mulher" são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque, mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas.

Em um certo sentido, a história política foi encenada no terreno do gênero. É um terreno que parece fixado, mas cujo sentido é contestado e flutuante. Se tratarmos da oposição entre masculino e feminino como sendo mais problemática do que conhecida, como alguma coisa que é definida e constantemente construída num contexto concreto, temos então que perguntar não só o que é que está em jogo nas proclamações ou nos debates que invocam o gênero para explicar ou justificar suas posições, mas também como compreensões implícitas do gênero são invocadas ou reativadas. Qual é a relação entre as leis sobre as mulheres e o poder do Estado? Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, quando sabemos que elas participaram dos grandes e pequenos eventos da história humana? O gênero tem legitimado a emergência de carreiras profissionais?⁶⁰ Para citar o título de um artigo recente da feminista francesa Luce Irigaray, o sujeito da ciência é sexuado?⁶¹ Qual é a relação entre a política do Estado e a descoberta do crime de homossexualidade?⁶² Como as instituições sociais têm incorporado o gênero nos seus pressupostos e na sua organização? Já houve conceitos de gênero realmente igualitários sobre os quais foram projetados ou mesmo baseados sistemas políticos?

A exploração dessas perguntas fará emergir uma história que oferecerá novas perspectivas às velhas questões (sobre, por exemplo, como é imposto o poder político, qual é o impacto da guerra sobre a sociedade), redefinirá as antigas questões em termos novos (introduzindo, por exemplo, considerações sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra), tornará as mulheres visíveis como participantes ativas e estabelecerá uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixada do passado e nossa própria terminologia. Além do mais, essa nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro (utópico), porque ela sugere que o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também, a classe e a raça.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

01. *Oxford English Dictionary* (Oxford: Oxford University Press, 1961) 4.
02. E. Littré, *Dictionnaire de la langue française* (Paris, 1876). Press, 1983) p.285.
04. Natalie Zemon Davis, "Women's History in Transition: The European Case", *Feminist Studies* (1975-76) 3:90.
05. Ann D. Gordon, Mari Jo Buhle e Nancy Shrom Dye, "The Problem of Women's History", in Berenice Carroll Org., *Liberating Women's History* (Urbana: University of Illinois Press, 1976), p. 89.
06. O melhor exemplo e o mais sutil é fornecido pelo artigo de Joan Kelly, "The Double Vision of Feminist Theory" no seu livro *Women, History and Theory* (Chicago: University of Chicago Press, 1984), p. 51-64 e em particular p. 61.
07. Para um exame crítico das obras recentes sobre a história das mulheres, ver Joan W. Scott, "Women's History: The Modern Period", *Past and Present* (1983) 101:141-57.
08. Para uma argumentação contra a utilização do gênero para sublinhar o aspecto social da diferença sexual, ver Moira Gatens "A Critique of the Sex/Gender Distinction", in J. Allen e P. Patton Org., *Beyond Marxism?* (Leichhardt, N.S.W.: Intervention Publications, 1985), p. 143-60. Concordo com seu argumento de que a distinção sexo/gênero confere determinação autônoma ou transparente ao corpo, não levando em conta o fato de que o que sabemos do corpo é um conhecimento produzido socialmente.
09. Para uma abordagem um pouco diferente da análise feminista, ver Linda J. Nicholson, *Gender and History: The Limits of Social Theory in the Age of the Family* (New York: Columbia UP, 1986).
10. Mary O'Brien, *The Politics of Reproduction*, (London: Routledge and Kegan Paul, 1981), p. 8-15, 46.
11. Shulamith Firestone, *The Dialectic of Sex* (New York: Bantam Books, 1970). A expressão "amarga armadilha" (bitter trap) pertence a O'Brien, *Politics of Reproduction*, p. 8.
12. Catherine Mckinnon, "Feminism, Marxism, Method, and the State: An Agenda for Theory", *Signs* (1982) 7:515, 541.
13. *Ibid.*, p. 541, 543.
14. Para uma discussão interessante sobre a força e os limites do termo "patriarcado", ver o debate entre as historiadoras Sheila Rowbotham, Sally Alexander e Barbara Taylor in Raphael Samuel Org., *People's History and Socialist Theory* (London: Routledge and Kegan Paul, 1981) p. 363-73.
15. Friedrich Engels, *The Origins of the Family, Private Property and the State* (1884, nova edição, New York: International Publishers, 1972).
16. Heidi Hartmann, "Capitalism, Patriarchy, and Job Segregation by Sex", *Signs* (1976) 1:168. Ver também "The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union", *Capital and Class* (1979) 8:1-33; "The Family as the Locus of Gender, Class, and Political Struggle: The Example of Housework", *Signs*(1981) 6:366-94.
17. A respeito do debate do feminismo marxista: Zilah Eisenstein *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism* (New York: Longman, 1981); A. Kuhn, "Structures of Patriarchy and Capital in the Family", in A. Kuhn e A. Wolpe Org., *Feminism and Materialism: Women and Modes of Production* (London: Routledge and Kegan Paul, 1978); Rosalind Coward, *Patriarcal Precedents* (London: Routledge and Kegan Paul, 1983); Hilda Scott, *Does Socialism Liberate Women? Experiences from Eastern Europe* (Boston: Beacon Press, 1974); Jane Humphries, "Working Class Family, Women's Liberation and Class Struggle: The Case of Nineteenth-Century British History", *Review of Radical Political Economics* (1977) 9:25-41; Jane Humphries, "Class Struggle and the Persistence of the Working Class Family", *Cambridge Journal of Economics* (1971) 1:241-58; ver também o debate sobre o trabalho de Humphries in *Review of Radical Political Economics*(1980) 12:76-94.
18. Kelly, "Doubled Vision of Feminist Theory", p. 61.
19. Ann Snitow, Christine Stansell e Sharon Thompson Org., *Powers of Desire: The Politics of Sexuality* (New York: Monthly Review Press, 1983).

20. Ellen Ross e Rayna Rapp, "Sex and Society: A Research Note from Social History and Anthropology", in *Powers of Desire*, p:53.
21. "Introduction", *Powers of Desire*, p. 12; também Jessica Benjamin, "Master and Slave: The Fantasy of Erotic Domination", *Powers of Desire*, p. 297.
22. Johanna Brenner e Maria Ramas, "Rethinking Women's Oppression", *New Left Review* (1984) 144:33-71; Michèle Barrett, "Rethinking Women's Oppression: A Reply to Brenner and Ramas", *New Left Review* (1984) 146:123-28; Angela Weir e Elizabeth Wilson, "The British Women's Movement", *New Left Review* (1984) 148:74-103; Michèle Barrett, "A Response to Weir and Wilson", *New Left Review* (1985) 150:143-47; Jane Lewis, "The Debate on Sex and Class", *New Left Review* (1985) 149:108-20. Ver também Hugh Armstrong e Pat Armstrong, "Beyond Sexless Class and Classless Sex: Toward Feminist Marxism", *Studies in Political Economy* (1983) 10:7-44; Hugh Armstrong e Pat Armstrong, "Comments: More on Marxist Feminism", *Studies in Political Economy* (1984) 15:179-84; e Jane Jenson, "Gender and Reproduction: Or Babies and the State", artigo inédito, June 1985, p. 1-7.
23. Para formulações teóricas anteriores, ver *Papers on Patriarchy: Conference. London 76* (London, n.p., 1976). Sou grata a Jane Kaplan que me indicou esta publicação e que aceitou compartilhar comigo seu exemplar e suas idéias a respeito. Para a posição psicanalítica, ver Sally Alexander, "Women, Class and Sexual Difference", *History Workshop* (1984) 17:125-35. No decorrer dos seminários da Universidade de Princeton, no início de 1986, Juliet Mitchell parecia voltar a dar ênfase à prioridade das análises materialistas do gênero. Para uma tentativa de ir além do impasse feminista marxista, ver Coward, *Patriarcal Precedents*. Ver também a tentativa americana brilhante iniciada nesta direção pela antropóloga Gayle Rubin in "The Traffic of Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex" in Rayna R. Reiter Org., *Towards an Anthropology of Women* (New York, Monthly Review Press, 1975), p. 167-8.
24. Nancy Chodorow, *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender* (Berkeley: University of California Press, 1978), p. 169.
25. Minha exposição sugere que estes problemas, relativos ao gênero, podem ser influenciados durante o período do complexo edipiano, mas não são unicamente o que está em jogo ou o desfecho deste. A negociação destes problemas ocorre num contexto que implica em relações objetais e construções do "Eu" mais amplas. Estes processos mais amplos têm uma influência igual sobre a formação da estrutura psíquica e sobre a vida psíquica e os modos das relações nos homens e nas mulheres. São responsáveis pelos modos diferenciais de identificação e orientação para objetos heterossexuais, bem como de problemas edipianos mais assimétricos descritos pelos psicanalistas. Estes desfechos, bem como os desfechos edipianos mais tradicionais, provêm da organização assimétrica das tarefas parentais, na qual a mãe tem o papel de parente principal e o pai situa-se a uma distância tipicamente maior e investe-se na socialização, particularmente em áreas ligadas à tipificação do gênero." Nancy Chodorow, *The Reproduction of Mothering*, p. 166. É importante notar que entre Chodorow e as teóricas britânicas da teoria das relações objetais que achem o trabalho de Winnicott e Melanie Klein, há diferenças de interpretação e de abordagem. O trabalho de Chodorow seria melhor definido como uma teoria mais sociológica e mais socializada, mas ele constitui o ponto de vista dominante, através do qual a teoria das relações de objeto foi abordada pelas feministas americanas. A respeito da história da teoria das relações de objeto nas suas relações com a política social, ver Denise Riley, *War in the Nursery* (London: Virago, 1984).
26. Juliet Mitchell e Jacqueline Rose, Org., *Jacques Lacan and the Ecole Freudienne* (New York: Norton, 1983); Alexander, "Women, Class and Sexual Difference".
27. Teresa de Lauretis, *Alice Doesn't: Feminism, Semiotics, Cinema* (Bloomington: Indiana University Press, 1984), p. 159.
28. Alexander, "Women, Class and Sexual Difference", p. 135.
29. E. M. Denise Riley, "Summary of Preamble to Interwar Feminist History Work", trabalho não publicado, apresentado no seminário do Pembroke Center, maio de 1985, p. II. O argumento é desenvolvido inteiramente no brilhante livro de Riley "Am I That Name?": *Feminism and the Category of "Women" in History* (London: Macmillan, 1988).
30. Carol Gilligan, *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982).
31. Críticas úteis ao livro de Gilligan: J. Auerbach et al., "Commentary on Gilligan's In a Different Voice", *Feminist Studies* (1985) 11:149-62, e "Women and Morality", a special issue of *Social Research* (1983) 50. Meus comentários sobre a tendência dos historiadores/ras em citar Gilligan vêm da leitura de manuscritos não-publicados e projetos de pesquisa, e parece injusto citá-los aqui. Tenho registrado estas referências durante mais de cinco anos, elas são muitas e vão aumentando.
32. *Feminist Studies* (1980) 6:26-64.
33. Para uma discussão sucinta e acessível de Derrida ver Jonathan Culler, *On Deconstruction: Theory and Criticism after Structuralism* (Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1982), particularmente p. 156-79. Ver também Jacques Derrida, *Of Grammatology*, traduzido por Gayatri Chakravorty Spivak (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1974); Jacques Derrida *Spurs* (Chicago: University of Chicago Press, 1979); e uma transcrição do seminário do Pembroke Center, 1983, in *Subjects/Objects* (autono 1984).
34. Clifford Geertz, "Blurred Genres", *American Scholar* (1980) 49:165-79.
35. Michelle Zimbalist Rosaldo, "The Uses and Abuses of Anthropology: Reflections on Feminism and Cross-Cultural Understanding", *Signs* (1980) 5:400.

36. Michel Foucault, *The History of Sexuality*, Vol. I, *An Introduction* (New York: Vintage, 1980); Michel Foucault, *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings 1972-1977* (New York: Pantheon, 1980).
37. Para este argumento, ver Rubin, "The Traffic in Women", p. 199.
38. *Ibid.*, p. 189.
39. Bidy Martin, "Feminism, Criticism and Foucault", *New German Critique* (1982) 27:3-30; Kathryn Kish Sklar, *Catharine Beecher: A Study in American Domesticity* (New Haven: Yale University Press, 1973); Mary A. Hill, *Charlotte Perkins Gilman: The Making of a Radical Feminist, 1860-1896* (Philadelphia: Temple University Press, 1980); Jacqueline Dowd Hall, *Revolt Against Chivalry: Jesse Daniel Ames and the Women's Campaign Against Lynching* (New York: Columbia University Press, 1974).
40. Lou Ratté, "Gender Ambivalence in the Indian Nationalist Movement", trabalho não publicado, Pembroke Center Seminar, Primavera de 1983; e Mrinalina Sinha, "Manliness: A Victorian Ideal and the British Imperial Elite in India", trabalho não publicado, Departamento de História, State University of New York, Stony Brook, 1984, e Sinha, "The Age of Consent Act: The Ideal of Masculinity and Colonial Ideology in Late 19th Century Bengal", *Proceedings*, Eighth International Symposium on Asian Studies, 1986, p. 1199-1214.
41. Pierre Bourdieu, *Le sens pratique* (Paris: Editions de Minuit, 1980), p. 246-47, 333-461, particularmente p. 366.
42. Maurice Godelier, "The Origins of Male Domination", *New Left Review* (1981) 127:17.
43. Gayatri Chakravorty Spivak, "Three Women's Texts and a Critique of Imperialism", *Critical Inquiry* (1985) 12:243-46. Ver também Kate Millet, *Sexual Politics* (New York: Avon, 1969). Luce Irigaray examina como as referências femininas funcionam nos maiores textos da filosofia ocidental em *Speculum of the Other Woman* (Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1985).
44. Natalie Zemon Davis, "Women on Top" no seu *Society and Culture in Early Modern France* (Stanford: Stanford University Press, 1975), p. 124-51.
45. Caroline Walker Bynum, *Jesus as Mother: Studies in the Spirituality of the High Middle Ages* (Berkeley: University of California Press, 1982); Caroline Walker Bynum, "Fast, Feast and Flesh: The Religious Significance of Food to Medieval Women" *Representations* (1985) 11:1-25; Caroline Walker Bynum, "Introduction", *Religion and Gender: Essays on the Complexity of Symbols* (Boston: Beacon Press, 1987).
46. Ver por exemplo, T.J. Clark, *The Painting of Modern Life* (New York: Knopf, 1985).
47. A diferença entre os teóricos estruturalistas e pós-estruturalistas sobre esta questão reside no fato da categoria da diferença ter um estatuto mais ou menos aberto entre eles. Na medida em que os pós-estruturalistas não fixam um sentido universal para as categorias ou para as suas interrelações, a sua abordagem parece levar ao tipo de análise histórica que defendo.
48. Rachel Weil, "The Crown Has Fallen to the Distaff: Gender and Politics in the Age of Catherine de Medici", *Critical Matrix* (Princeton Working Papers in Women's Studies) (1985), I. Ver também Louis Montrose, "Shaping Fantasies: Figurations of Gender and Power in Elizabethan Culture", *Representations* (1983) 1:61-94; e Lynn Hunt, "Hercules and the Radical Image in the French Revolution", *Representations* (1983) 1:95-117.
49. Edmund Burke, *Reflections on the French Revolution* (1892; reedição New York, 1909), p. 208-9, 214. Ver Jean Bodin, *Six Books of the Commonwealth* (1606; reedição, New York: Barnes and Noble, 1967); Robert Filmer, *Patriarchia and Other Political Works* (Oxford: B. Blackwell, 1949); e John Locke, *Two Treatises of Government* (1690; reedição, Cambridge: Cambridge University Press, 1970). Ver também Elizabeth Fox-Gonovese, "Property and Patriarchy in Classical Bourgeois Political Theory", *Radical History Review* (1977) 4:36-59; e Mary Lyndon Shanley, "Marriage Contract and Social Contract in Seventeenth Century English Political Thought", *Western Political Quarterly* (1979) 3:79-91.
50. Sou grata a Bernard Lewis pela referência ao Islão. Michel Foucault, *Histoire de la Sexualité*, Vol. 2, *L'usage des plaisirs* (Paris: Gallimard, 1984). Sobre as mulheres na Atena clássica, ver Marilyn Arthur, "Liberated Woman": The Classical Era", in Renate Bridenthal e Claudia Koonz, Eds, *Becoming Visible: Women in European History* (Boston: Houghton Mifflin, 1977), p. 75-78.
51. Citado por Roderick Phillips, "Women and Family Breakdown in Eighteenth Century France: Rouen 1780-1800", *Social History* (1976) 2:217.
52. Sobre a Revolução Francesa ver Darlene Gray Levy, Harriet Applewhite e Mary Johnson Org., *Women in Revolutionary Paris, 1789-1795* (Urbana: University of Illinois Press, 1979), p. 209-20; sobre a legislação soviética ver os documentos em Rudolph Schlessinger, *Changing Attitudes in Soviet Russia: Documents and Readings*, Vol I *The Family in the USSR* (London: Routledge and Kegan Paul, 1949), p. 62-71, 251-54; sobre a política nazista, ver Tim Mason, "Women in Nazi Germany" *History Workshopp* (1976) 1:74-113, e Tim Mason, "Women in Germany, 1925-40: Family, Welfare and Work" *History Workshop* (1976) 2:5-32.
53. Elizabeth Wilson, *Women and the Welfare State* (London: Tavistock, 1977); Jane Jenson, "Gender and Reproduction"; Jane Lewis, *The Politics of Motherhood: Child and Maternal Welfare in England, 1900-1939* (London: Croom Helm, 1980); Mary Lynn McDougall, "Protecting Infants: The French Campaign for Maternity Leaves 1890s-1913" *French Historical Studies* (1983) 13:79-105.
54. Sobre os utopistas ingleses ver Barbara Taylor, *Eve and the New Jerusalem* (New York: Pantheon, 1983).

57. Louis Devance, "Femme, famille, travail et morale sexuelle dans l'idéologie de 1848", in *Mythes et représentations de la femme au XIXe siècle* (Paris: Champion, 1977); Jacques Rancière e Pierre Vauday, "En allant à l'expo: l'ouvrier, sa femme et les machines", *Les Révoltes logiques* (1975) 1:5-22.
56. Gayatri Chakravorty Spivak, "Draupadi" by Mahasveta Devi", *Critical Inquiry* (1981) 8:381-401; Homi Bhabha, "Of Mimicry and Man: The Ambivalence of Colonial Discourse", *October* (1984) 28:125-33; Karin Hausen, "The German Nation's Obligations to the Heroic Widows of World War I" in Margaret R. Higonnet et al., *Behind the Lines: Gender and the Two World Wars* (New Haven: Yale University Press, 1987), p. 126-40. Ver também Ken Inglis, "The Representation of Gender on Australian War Memorials", *Daedalus* (1987) 116:35-59.
57. Sobre a Revolução Francesa, ver Levy et al., *Women in Revolutionary Paris*. Sobre a Revolução Americana, ver Mary Beth Norton, *Liberty's Daughters: The Revolutionary Experience of American Women* (Boston: Little, Brown, 1980); Linda Kerber, *Women of the Republic* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980); Joan Hoff-Wilson, "The Illusion of Change: Women and the American Revolution", in Alfred Young, Org., *The American Revolution: Explorations in the History of American Radicalism* (DeKalb: Northern Illinois University Press, 1976), p. 383-446. Sobre a Terceira República francesa ver Steven Hause, *Women's Suffrage and Social Politics in the French Third Republic* (Princeton: Princeton University Press, 1984). Um tratamento muito interessante de um caso recente é o artigo de Maxime Molyneux "Mobilization without Emancipation? Women's Interests, the State and the Revolution in Nicaragua", *Feminist Studies* (1985) 11:227-54.
58. Sobre o natalismo, ver Riley, *War in the Nursery*, e Jenson "Gender and Reproduction". Sobre os anos 1920, ver os ensaios em *Stratégies des Femmes* (Paris: Editions Tierce, 1984).
59. Para diversas interpretações do impacto do trabalho moderno sobre as mulheres, ver Louise A. Tilly e Joan W. Scott, *Women, Work and Family* (New York: Holt, Rinehart and Winston, 1978; Methuen, 1987); Thomas Dublin, *Women at Work: The Transformation of Work and Community in Lowell, Massachusetts, 1826-1860* (New York: Columbia University Press, 1979); e Edward Shorter, *The Making of the Modern Family* (New York: Basic Books, 1975).
60. Ver por exemplo, Margaret Rossiter, *Women Scientists in America: Struggles and Strategies to 1914* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1982).
61. Luce Irigaray, "Is The Subject of Science Sexed?", *Cultural Critique* (1985) 1:73-88.
62. Louis Crompton, *Byron and Greek Love: Homophobia in Nineteenth-Century England* (Berkeley: University of California Press, 1985). Esta questão é também abordada por Jeffrey Weeks, *Sex, Politics and Society: The Regulation of Sexuality Since 1800* (London: Leyman, 1981).